

# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano X – Nº 1.906 – Brasília, quinta-feira, 1º de abril de 2004

Genalio Magela



## Senadores lembram o golpe de 64

O 40º aniversário do golpe militar de 64 foi registrado ontem pelos senadores Pedro Simon, Demostenes Torres, Eduardo Suplicy e Ana Júlia. A viúva e o filho de Jango, o presidente deposto, estiveram em Plenário.

Página 3

**HOMENAGEM** Maria Thereza participa da sessão em que senadores recordam o golpe que depôs seu marido, o ex-presidente João Goulart

## REFORMA DO JUDICIÁRIO

# Com 133 emendas votadas, CCJ marca para terça a decisão final

Examinando 86 destaques ao relatório do senador José Jorge sobre a reforma do Judiciário, a comissão deu ontem um passo importante para a conclusão da análise da proposta. Até agora, foram votados 133 dos 165 destaques apresentados – quando for decidido o último, a matéria estará pronta para deliberação do Plenário

José Cruz



**MUDANÇAS** Presidida por Lobão, CCJ examina o relatório de José Jorge, que concorda com cinco sugestões apresentadas por senadores em destaques para votação em separado

Páginas 4 e 5

**Quebrado sigilo de documentos suíços sobre conta de Paulo Maluf**

Página 7

**Importação de pneus usados é condenada em audiência no Senado**

Página 8

**Gravação faz oposição retomar cobrança de CPI sobre os bingos**

Páginas 6 e 7

# Agenda

## Plenário debate criação de carreiras nas agências reguladoras

Continua na pauta do Plenário, com sessão às 14h30, projeto que trata da criação de carreiras nas agências reguladoras (PLV 15/04). A votação foi adiada a pedido do relator, senador José Jorge (PFL-PE), que deve fazer ajustes no texto com base em emendas de sua autoria e destaques apresentados

pelos líderes. Os senadores votam ainda a MP 157/03, que altera o Sistema Nacional de Armas (Sinarm) para permitir que integrantes das guardas municipais de cidades com mais de 50 mil e menos de 500 mil habitantes possam andar armados quando estiverem em serviço.

## Presidente da Assembléia Federal da Rússia visita o Congresso

O presidente do Conselho da Federação da Assembléia Federal da Rússia, Sergey Mironov, visita o Congresso

Nacional hoje, às 11h. Ele será recebido pelo presidente do Senado, José Sarney, no Salão Nobre da Casa. Às 13h, Sarney

oferece almoço em homenagem a Mironov na residência oficial do Senado e, às 15h30, preside a ordem do dia do Plenário.

## Comissão do Mercosul discute requerimentos

A Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul reúne-se hoje, às 9h, para analisar solicitações de audiências públicas. Também serão examinados requerimentos que tratam da realização de seminários, sendo um em Foz do Iguaçu (PR), para discutir o aproveitamento do Aquífero Guarani; e outro em Brasília, sobre o Parlamento do Mercosul. Além disso, o colegiado discute processo relativo ao pagamento da parcela brasileira para manutenção da Secretaria Parlamentar Permanente da Comissão.



## Coordenador do MST fala à CPI da Terra

A CPI da Terra, que investiga questões fundiárias no país, realiza hoje, às 10h, audiência com o coordenador Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), João Pedro

Stédile, e com os presidentes da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Manuel José dos Santos, e da Comissão Pastoral da Terra, dom Tomás Balduino.

## CRE pode ouvir ministro sobre denúncias de ex-chefe do FBI

Em discussão na Comissão de Relações Exteriores (CRE), hoje às 9h30, requerimento convidando o ministro da Justiça e o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República para prestarem esclarecimentos sobre denúncias de ex-chefe do FBI. As acusações são de

que o governo dos Estados Unidos estaria pagando as contas da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), além de infiltrar agentes secretos no território brasileiro. A comissão vota ainda projeto que regula a atividade pesqueira no país (PLC 29/03).

## Tratamento dentário no SUS

Projeto que obriga o atendimento odontológico pelas unidades do Sistema Único de Saúde (PLC 3/02) será discutido hoje, às 11h, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Também está na pauta do colegiado a proposta que dispõe sobre a complementação da aposentadoria de ferroviários (PLC 127/01).

## CPI dos Transgênicos

O ex-presidente da Comissão Nacional de Biossegurança (CTNBio) Luís Antônio Barreto de Castro participa de audiência hoje, às 8h30, na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Transgênicos. A comissão investiga responsabilidades relativas ao contrabando de sementes transgênicas de soja.

**A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp)**



**GUARDA MUNICIPAL** Medida provisória que muda Sistema Nacional de Armas também deverá ser examinada na sessão plenária de hoje

## Senado vota hoje cargos das agências reguladoras

A votação do projeto de lei de conversão (PLV 15/04) elaborado a partir da Medida Provisória 155/03, que cria as carreiras e o quadro funcional das agências reguladoras, foi adiada de ontem para hoje, de forma a permitir que o relator, senador José Jorge (PFL-PE), tenha tempo de examinar as emendas apresentadas ao longo do dia pelos senadores.

Ao todo são 55 emendas e José Jorge já acatou algumas delas, em acordo com o líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP). O relator aceitou a emenda que propõe a contratação de pessoal especializado para as agências em cada um dos diferentes níveis funcionais, e não apenas no nível inicial, porque o quadro funcional está em fase inicial de estruturação. Outra emenda acolhida garante que a gratificação seja equiparada à do Banco Central, de 55% do salário, a fim de atrair pessoal qualificado tecnicamente para os cargos.

– Como disse a ministra de Minas e Energia, Dilma Rous-

seff, ninguém fiscaliza milhões ganhando tostões. Para que se atraia pessoas qualificadas, os salários têm que ser competitivos – explicou José Jorge. Ele também acatou emenda que garante aproveitamento do pessoal aprovado no concurso da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) em 2000. Ao todo são 335 cargos a serem preenchidos por concurso público de provas e títulos.

Os senadores Marcelo Crivella (PL-RJ) e Rodolpho Tourinho (PFL-BA) apoiaram as emendas já aprovadas pelo relator.

### Porte de armas

Também foi adiada para hoje, a pedido do relator-revisor, senador Renan Calheiros (PMDB-AL), a votação da Medida Provisória 157/03, que amplia o número de agentes de segurança que poderão portar armas de fogo. A MP alterou o Sistema Nacional de Armas (Sinarm) para permitir que os integrantes das guardas municipais de cidades com mais de 50 mil e menos de 500 mil habitantes possam andar armados quando estiverem em serviço. A legislação atual só permite a posse de armas dessa categoria de trabalhadores em municípios com mais de 250 mil habitantes.

Renan Calheiros expressou sua preocupação com alguns pontos contidos na medida provisória, como por exemplo acabar com o prazo de 90 dias que as pessoas tinham para renovar seus portes de armas. O senador pediu para, antes de apreciar a matéria, conversar com o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos. O líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), informou que pedirá ao ministro para comparecer hoje ao Senado.

## JORNAL DO SENADO

[www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)

E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney

**1º Vice-Presidente:** Paulo Paim

**2º Vice-Presidente:** Eduardo Siqueira Campos

**1º Secretário:** Romeu Tuma

**2º Secretário:** Alberto Silva

**3º Secretário:** Heráclito Fortes

**4º Secretário:** Sérgio Zambiasi

**Suplentes de Secretário:** João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia

**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva

**Diretor da Secretaria de Comunicação Social:** Armando S. Rollemberg

**Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social:** Helival Rios

**Diretora do Jornal do Senado:** Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333

**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade

**Diagramação:** Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra

**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

**Tratamento de Imagem:** Edmilson Figueiredo

**Arte:** Cirilo Quartim

**Arquivo Fotográfico:** Elida Costa (61) 311-3332

**Circulação e Atendimento ao leitor:** John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

### Agência Senado

**Diretor:** Antonio Caraballo (61) 311-3327

**Chefia de reportagem:** Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670

**Edição:** Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



Os 40 anos do golpe militar foram lembrados ontem em Plenário. Senadores analisaram o momento histórico em que os militares tomaram o poder e ressaltaram o clima de tranquilidade política em que vive hoje o país. Como parte da data, dona Maria Thereza e João Vicente, mulher e filho do então presidente João Goulart, visitaram o Senado

## Família quer resgatar memória de Jango

Em evento alusivo aos 40 anos do golpe militar, o vice-presidente do Senado, Paulo Paim (PT-RS), recebeu ontem dona Maria Thereza e João Vicente Goulart, esposa e filho do presidente deposto à época, João Goulart. Eles solicitaram a Paulo Paim apoio em favor do Centro de Estudos Sociais Presidente João Goulart, que objetiva preservar a documentação daquele período da vida política brasileira.

Lembrando sua histórica re-

lação com os trabalhadores, Paim prometeu todo seu apoio.

– Esse centro de estudos objetiva reconstruir a história de João Goulart e fazer com que sua idéia de uma relação fraterna entre capital e trabalho, com respeito ao trabalhador, seja difundida para a geração presente e para as futuras – resumiu o senador.

João Vicente afirmou que todas as lutas empreendidas por seu pai foram centradas nas relações harmônicas entre capi-

tal e trabalho.

Na conversa com Paim, João Vicente lembrou que seu pai teve apenas um ano, três meses e alguns dias na Presidência da República. “É para resgatar aquele momento histórico que gostaríamos de pedir que o senador seja nosso interlocutor, para que possamos trazer para o debate o período, a luta social e a história ainda hoje incompreendidos.” Maria Thereza manteve-se na maior parte da audiência em silêncio.



**HISTÓRIA** João Vicente e Maria Thereza Goulart discutiram com Paulo Paim (C) o trabalho do Centro de Estudos Sociais João Goulart

### SIMON

## País respira hoje o ar da democracia

Ao registrar os 40 anos do golpe militar, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou que existe atualmente tranquilidade no país.

– Hoje tem democracia no ar. Tem cheiro de um povo que demonstra que jamais quer voltar a viver aquela fase. Meus amigos jovens não pensem que a ditadura apareceu e de repente terminou. Muitos morreram, sofreram, foram cassados, assassinados – recordou.

Os militares estão nos quartéis, continuou, conscientes de suas responsabilidades e desempenhando seu papel constitucional, ao contrário do que acontecia em 1964, quando “a estrutura das Forças Armadas propiciava a formação de militares golpistas”, segundo Pedro Simon.

Além de não existirem grupos golpistas, acrescentou, a imprensa, a Igreja e os políticos não atuam contra a democracia. Os partidos de oposição, de acordo com Simon, também agem com civismo. O senador rebateu insinuações de que há risco de golpe contra o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

– Em vez de dizer que existe cheiro de Jango no ar, prefiro afirmar que hoje existe cheiro de democracia no ar.

### DEMOSTENES



## Jânio Quadros levou o Brasil próximo ao abismo

Os momentos que antecederam o golpe militar foram analisados ontem pelo senador Demostenes Torres (PFL-GO).

– Jânio Quadros, que pretendia um autogolpe para voltar nos braços do povo, levou o Brasil à véspera do abismo em um ato insano. Os militares, que não confiavam no vice-presidente, João Goulart, um herdeiro sem talento do getulismo, tentaram a ruptura, mas estavam divididos e acabou triunfando a Campanha da Legalidade – assinalou.

Para Demostenes, após a crise dos mísseis em Cuba e a construção do Muro de Berlim, João Goulart não teve sensibilidade política para entender que o mundo passou a ter dois lados. Ele lembrou que à insegurança política juntou-se a anarquia econômica, combinando inflação com taxa de crescimento “muito parecida com a quase recessão da era Lula”.

– Hoje se sabe que o ex-presidente [João Goulart] não possuía as propriedades citadas na bula ideológica da esquerda. Ele não era o avesso, mas um tipo autoritário sem tutano.

Para Demostenes, a ruptura de 1964, com a instalação do governo militar, não pode ser considerada um mal absoluto.

### SUPLICY

## Não existia risco de uma ditadura de esquerda

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) comentou sua militância estudantil após o golpe militar. Então estudante na Faculdade de Administração da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, o parlamentar lembrou ter participado da luta de vários segmentos sociais em defesa das instituições democráticas. E rechaçou o temor de parcela conservadora da sociedade brasileira de que a implementação das reformas de base, anunciadas em comício em 13 de março de 1964 pelo então presidente João Goulart, propiciaria a instalação de uma ditadura de esquerda no país.

– O Brasil não estava efetivamente ameaçado de se tornar um regime ditatorial de natureza marxista – sustentou. Suplicy lamentou que a visão equivocada sobre o processo transformador em curso no país, que incluía a defesa da reforma agrária, tenha levado à supressão das liberdades democráticas, de reunião, de expressão e de manifestação da imprensa, além de suspender o direito ao voto e desencadear a tortura.

Para o senador, que recordou o crescimento da economia no governo militar, a expansão econômica acabou estimulando a concentração de renda.

### ANA JÚLIA



## Momento é de reafirmação da liberdade

Para a senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), a passagem dos 40 anos do golpe militar deve ser um momento de reflexão e reafirmação do compromisso com a construção de uma sociedade fundada na liberdade, na justiça social e na solidariedade.

Ana Júlia lembrou a exceção, o arbítrio e a perseguição política dos anos do regime militar, citando políticos, sindicalistas, intelectuais e trabalhadores de seu estado, o Pará, que foram vítimas dos militares. Ela acrescentou que, além disso, os governos daquele período legaram ao país uma “bomba-relógio social e econômica”, na forma de um modelo de desenvolvimento que aprofundou a dependência do país ao centro do capitalismo mundial e ampliou a concentração de renda.

A senadora ressaltou que hoje, restaurada a democracia, o país vive em clima de maturidade institucional, tendo conseguido atravessar sem sobressaltos a deposição de um presidente, e festeja a sucessão entre partidos adversários. Para a senadora, os 20 anos de ditadura serviram para mostrar que o povo brasileiro ama a democracia e não vai tolerar o retorno de regime semelhante.



## REFORMA DO JUDICIÁRIO

Um dos destaques aprovados ontem retira força vinculante de decisões do STJ. Outro elimina possibilidade de o poder público indenizar danos causados por sentença judicial

## Decisão do STJ não obriga outros tribunais

Por meio de destaques, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem a alteração de alguns pontos do parecer sobre a reforma do Judiciário. Até o momento, a comissão analisou 133 dos 165 destaques apresentados à proposta, que tem como relator o senador José Jorge (PFL-PE). O presidente do colegiado, Edison Lobão (PFL-MA), convocou reunião extraordinária para a próxima terça-feira, quando deverá ser concluída a análise do relatório.

O relator concordou com cinco sugestões apresentadas pelos demais senadores da CCJ, como o fim da força vinculante de decisões do Superior Tribunal de Justiça (STJ), o que abre espaço para a instituição da súmula impeditiva de recursos de tribunais superiores, conforme propõe José Jorge em seu relatório.

A comissão também aprovou destaques que eliminam a per-

missão de se arbitram acordos quando o poder público for parte em um processo; acabam com a possibilidade de União e estados arcarem com indenizações de danos causados por sentenças judiciais; determinam que as sessões administrativas dos tribunais sejam públicas; e retiram a exigência de cinco anos no cargo para promoção por merecimento de juízes do Trabalho.

A CCJ discutiu ainda a possibilidade de ocupantes de funções públicas permanecerem com fórum privilegiado para exame de denúncias de crimes que teriam sido cometidos durante o exercício da função pública, entre outros temas.

Lobão suspendeu a reunião por considerar necessário que a comissão tenha tempo suficiente para analisar temas polêmicos como o controle externo e a súmula vinculante para decisões do Supremo Tribunal Federal (STF).



AVANÇO Presidida por Edison Lobão, CCJ já examinou 133 dos 165 destaques apresentados ao relatório

## Mudanças no parecer aprovadas pela Comissão de Justiça

### STJ sem súmula vinculante

O relator, senador José Jorge (PFL-PE), acolheu destaque de iniciativa da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) que retira do parecer a força vinculante de decisões do Superior Tribunal de Justiça (STJ), o que estenderia o efeito de seus julgamentos, com base na lei federal, para instâncias inferiores.

O líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), sustentou que essa mudança é parte do acordo que prevê a súmula vinculante apenas para o Supremo Tribunal Federal (STF) e a súmula impeditiva de recursos para os outros tribunais superiores. As súmulas somente poderão ser editadas quando houver julgamentos repetidos sobre o mesmo assunto com voto de pelo menos dois terços da composição da Corte.

Pela súmula impeditiva de recursos, juízes de instâncias inferiores podem decidir diferentemente dos tribunais superiores, mas, caso julguem em concordância com a súmula, não caberá recurso.

### Entidades públicas fora do juízo arbitral

De acordo com a orientação do relator, a Comissão de Justiça deci-

diu manter o texto da reforma aprovado na Câmara dos Deputados, apoiando o destaque apresentado por Demostenes Torres (PFL-GO) que impede a aplicação de juízo arbitral quando se tratar de instâncias do poder público. Demostenes argumentou que é uma "temeridade" admitir a possibilidade de que possam ser feitos acordos lesivos ao interesse público, citando como exemplo o julgamento de processos de determinadas obras em que haja conluio entre prefeitos e empreiteiras.

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) disse que as partes no setor privado podem delegar, mas governadores, prefeitos e outros dirigentes públicos têm obrigação de recorrer até esgotar todas as instâncias. Mercadante lembrou que o espírito da reforma é estimular a arbitragem como forma de desafogar o Judiciário, alternativa largamente usada em outros países com instituições consolidadas. Mas o senador acrescentou que as regras devem ser rígidas quando se tratar do poder público, apoiando a proposta de Demostenes.

### Indenização de danos causados por sentenças

Com apoio do relator, a CCJ também decidiu retirar do texto da pro-

posta de emenda à Constituição (PEC) a determinação de a União e os estados se responsabilizarem por danos causados por sentenças judiciais, de acordo com destaque apresentado pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE). José Jorge esclareceu que a matéria havia sido aprovada pela Câmara e fazia parte do relatório anterior da PEC, sem haver sido discutida individualmente antes.

Aloizio Mercadante explicou que, conforme o dispositivo retirado, qualquer recorrente que se sentisse prejudicado poderia entrar com pedido de indenização contra o estado ou a União. Esse mecanismo, assinalou, desestabilizaria as relações entre o poder público e sociedade.

O senador Fernando Bezerra (PTB-RN), que apresentou destaque análogo ao de Jereissati, afirmou que o dispositivo daria margem a uma onda de pedidos de indenização, pois não especifica quais os tipos de decisões judiciais e os danos causados passíveis de indenização. Da mesma forma, Demostenes considerou o instituto prejudicial ao Estado. Ele esclareceu que atualmente um juiz ou qualquer agente público pode ser acionado em caso de ato com dolo ou má-fé comprovada, mas, pelo texto destacado,

poderia haver indenização por culpa, o que pode ocorrer, por erro, diuturnamente.

– O Estado não pode ser responsabilizado por esse ato. Há outros mecanismos que garantem o direito justo à indenização quando comprovado o dolo – disse, acompanhado por Jefferson, para quem o dispositivo “escancaria uma porta para lides temerárias” e “arrombaria os cofres públicos.

### Sessões administrativas públicas

Os senadores aprovaram ainda destaque de Fernando Bezerra determinando que as sessões dos tribunais devem ser públicas, mantendo o texto aprovado pela Câmara. A medida, salientou o senador, com o apoio de Garibaldi, é importante para dar mais transparência aos tribunais. Se as sessões já fossem abertas, avaliou Bezerra, talvez se poderia evitar os desvios de verbas observadas na construção do fórum do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo.

A medida, na opinião de Mercadante, dá mais força e credibilidade ao Judiciário. Nessas reuniões, asseverou, devem ser tomadas decisões administrativas e disciplinares, e é importante que a sociedade possa acompanhá-las.

– A transparência contribui para

eficiência, reduzindo desmandos e arbitrariedades. A publicidade é um dos princípios fundamentais da vida pública. Essa contribuição é oportuna e deve ser acatada com entusiasmo pelo Judiciário – declarou Mercadante, lembrando que a sessão do Supremo que decidiu o valor do teto remuneratório foi reservada.

Demostenes argumentou que, a princípio, não há razão para sessões administrativas reservadas. “A regra é que a sessão seja pública”, frisou o senador em defesa do texto da Câmara, contando, ao final, com a concordância do relator José Jorge.

### Promoção de magistrados na Justiça do Trabalho

A CCJ aprovou, com concordância do relator, destaque apresentado por Demostenes Torres para retirar alteração da PEC, que havia sido mantida pelo relator, no que se refere aos critérios de promoção por merecimento para os tribunais do Trabalho. Demostenes argumentou que a introdução do critério de cinco anos de exercício para promoção por merecimento criaria regra especial que acabaria por beneficiar número maior de juízes mais novos em detrimento dos mais antigos.

## REFORMA DO JUDICIÁRIO

Boa parte das propostas de mudanças discutidas ontem não foi aceita pela CCJ. Prevaleceu o parecer do relator apresentado ao texto já aprovado na Câmara dos Deputados

# Perda do cargo de procurador não deve mudar

Ao rejeitar destaque dos senadores Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) e Ney Suassuna (PMDB-PB), a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) excluiu das competências do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) a possibilidade de determinar a perda do cargo de procurador. Dessa forma, ficou mantido o substitutivo do relator, senador José Jorge (PFL-PE), sobre a proposta de emenda à Constituição (PEC 29/00) que trata da reforma do Poder Judiciário. O relator já havia retirado esse dispositivo do texto aprovado pelos deputados.

Com a decisão, a CCJ também retirou do texto da Câmara a prerrogativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) de afastar um magistrado definitivamente de suas funções.

Apoiado pelos senadores Aloizio Mercadante (PT-SP), líder do governo no Senado, e Tião Viana (PT-AC), Suassuna disse considerar justo que a perda de mandato esteja entre as prerrogativas dos conselhos responsáveis pelo controle externo das instituições, como acontece, em nível administrativo, em outras carreiras.

#### Vitaliciedade

Para Mercadante, a competência do CNMP e do CNJ de afastar um procurador ou magistrado não fere o princípio da vitaliciedade, inerente às funções, e dá força à fiscalização dos órgãos que compõem o Judiciário e o Ministério Público, garantindo a transparência necessária. "A defesa da instituição deve falar mais alto", afirmou Tião Viana.

O senador Arthur Virgílio

(PSDB-AM) recomendou que os conselhos possam propor a cassação dos membros da magistratura e do Ministério Público, mas que a perda definitiva do mandato só deve ocorrer após sentença transitada em julgado, como é hoje, de forma a preservar a vitaliciedade.

#### Polêmica

Com opinião similar à manifestada pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM), o senador Demostenes Torres (PFL-GO) lembrou que o tema é alvo de grande polêmica: enquanto o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Nelson Jobim acredita que uma decisão dos conselhos seria "judicialiforme", ou seja, com força de decisão judicial, o presidente da instituição, ministro Maurício Corrêa, entende que a possibilidade de perda do mandato é inconstitucional e uma violência contra o Judiciário.

Demostenes Torres observou que a proposta de perda da função pública no Judiciário deve continuar a ser feita pelo procurador-geral da República ou da Justiça nos estados, que deverão receber as recomendações dos conselhos que farão o controle externo das instituições.

Os senadores do PMDB Garibaldi Alves Filho (RN) e Renan Calheiros (AL) concordaram com a mudança sugerida pelo relator por considerarem que a prerrogativa de uma instância administrativa de determinar a perda do mandato de um juiz ou procurador é injustificável. Garibaldi disse, no entanto, não admitir a retirada do CNJ da estrutura do Judiciário, como está sendo proposto por José Jorge.

## Cai destaque que barrava leigos em juizados especiais

#### Juízes leigos nos juizados especiais

A proposta do senador Demostenes Torres de assegurar apenas a presença dos juízes togados nos juizados de pequenas causas não foi aceita pelo relator e pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O senador José Jorge, relator da reforma do Judiciário (PEC 29/00), disse ter conversado com vários juízes, e a maioria se mostrou favorável à possibilidade de que juízes leigos possam ajudar a agilizar os processos de pequena monta e de menor complexidade.

Demostenes argumentou que as ações precisam ser julgadas por pessoas gabaritadas e que a volta dos juízes leigos pode ser grave precedente. Apoiado pelo senador Garibaldi Alves Filho, o relator afirmou que entendia a preocupação de Demostenes, mas que o propósito da reforma é dar celeridade às decisões judiciais.

#### Indicação para o CNMP

Por sugestão do relator e do líder do governo, senador Aloizio Mercadante, Demostenes concordou em retirar o destaque com o qual pretendia transferir a competência para indicação dos membros do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) para o procurador-geral da República. A alteração, argumentaram senadores, faria com que o texto tivesse de voltar para a Câmara.

A rápida promulgação da emenda constitucional e a criação do CNMP são importantes, declarou Mercadante, por se tratar de avanço para a democracia. José Jorge destacou que ver se é possível fazer a alteração por emenda de redação.

#### Férias forenses

O dispositivo da reforma do Judiciário que define os recessos e férias forenses foi destacado por Demostenes Torres. Ele disse que o objetivo era provocar a discussão acerca do recesso e férias do Legislativo, de 90 dias. Demostenes avaliou que esse período é descabido e que o Congresso precisa rediscutir o tema. Aloizio Mercadante afirmou que no Legislativo as férias têm de ser coletivas, já que o Poder tem uma dinâmica própria por necessitar de quórum completo para votações.

– As férias no Judiciário trazem grandes prejuízos à população e aos pleiteantes porque atrasam os processos. Mas precisamos rediscutir o tamanho do recesso parlamentar e a convocação extraordinária – afirmou Mercadante.

#### Fórum privilegiado

A CCJ decidiu remeter para o final da análise do relatório de José Jorge a discussão sobre fórum privilegiado para julgar denúncias contra autoridades públicas. O relator havia alterado o texto da Câmara para dirimir possíveis dúvidas de interpretação, mas Mercadante defendeu a manutenção do texto aprovado pelos deputados para que não haja necessidade de nova votação naquela Casa. Como em essência a opinião dos senadores acerca do tema é a mesma, José Jorge se comprometeu a apresentar solução que permita a aprovação final do dispositivo no Senado.

A intenção dos senadores, segundo o presidente da CCJ, senador Edison Lobão (PFL-MA), é a mesma: enquanto, por exemplo, um deputado estiver exercendo mandato, terá fórum privilegiado para ser julgado de qualquer tipo de crime de que seja acusado. Finalizado o mandato, as denúncias por crimes inerentes ao exercício da função continuariam a ser analisadas em fórum privilegiado, já os crimes comuns obedeceriam ao processo ordinário, igual a qualquer cidadão.

– É preciso resolver esse problema que muitos servidores públicos têm hoje. Como cidadão, o agente público não teria sequer recursos financeiros para se defender de processos contra ele movidos por sua atuação na função. Esse é o único caminho para preservar a atividade pública – argumentou Mercadante.

#### Justiça do Trabalho

A CCJ rejeitou destaque de Demostenes Torres para manter o texto da Câmara sobre a competência da Justiça do Trabalho no julgamento de ações oriundas das relações de trabalho entre servidores públicos sujeitos ao Regime Jurídico Único da União, estados, Distrito Federal e municípios.

Demostenes argumentou que o texto da Câmara permitiria que as ações fossem julgadas pelos próprios tribunais do Trabalho, não sendo enviadas à Justiça Federal. Na sua opinião, a Justiça trabalhista

está mais bem aparelhada para conhecer e julgar todos os conflitos trabalhistas.

O senador Jefferson Péres discordou da proposta de Demostenes, argumentando que cada esfera deve ter sua competência específica. O relator defendeu o texto de seu relatório dizendo haver alguns tipos de crimes que a Justiça do Trabalho não pode julgar.

#### Indicação para o STJ

Foi rejeitado também outro destaque do senador por Goiás para retirar dispositivo do relatório de José Jorge que impede a indicação, como juiz de carreira, para o STJ de integrantes dos Tribunais Regionais Federais e dos Tribunais de Justiça oriundos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) ou do Ministério Público.

Demostenes queria manter o texto atual da Constituição, afirmando que a mudança criará duas categorias de magistrados, com o que concordaram os senadores Fernando Bezerra (PTB-RN) e Jefferson Péres. José Jorge disse que o assunto é polêmico e que buscou solução conciliatória, mantendo a possibilidade para os atuais juízes nessa situação e definindo novas regras para os futuros. O líder do governo apoiou a mudança proposta pelo relator por considerar o texto atual da Constituição desestímulo aos juízes de carreira.

#### Escola de Magistrados

Foi rejeitado o destaque do senador Alvaro Dias (PSDB-PR) relativo à criação da Escola Nacional de Formação de Magistrados. Alvaro Dias afirmou que seu propósito era ouvir a explicação da liderança do governo sobre o tema, uma vez que, como lembrou, o PT havia apresentado voto contrário à criação da instituição na primeira votação da reforma do Judiciário, sob a alegação de que o órgão concentraria o poder de submeter toda a magistratura ao controle das cúpulas do STF e do STJ.

O líder do governo reformulou o voto do partido afirmando que a escola irá contribuir para a qualificação dos magistrados e não constituirá órgão de controle ideológico. José Jorge assinalou que o voto do PT. Satisfeito com as explicações, Alvaro Dias apoiou o parecer da CCJ.



**DECISÃO** Edison Lobão (E), ao lado do relator José Jorge, presidente da Comissão de Justiça durante votação de destaques

## DENÚNCIAS

A divulgação de conversa entre o subprocurador-geral da República José Roberto Santoro e Carlinhos Cachoeira repercute no Plenário, onde a oposição volta a insistir na necessidade de CPI para apurar o caso Waldomiro Diniz

## Nova gravação reacende pedidos de CPI

A instalação imediata de uma comissão parlamentar de inquérito para investigar as ações de Waldomiro Diniz, ex-assessor da Casa Civil da Presidência da República, foi defendida pelos líderes do PSDB e do PFL, Arthur Virgílio e José Agripino, por Heloísa Helena e Antero Paes

de Barros. Agripino ressaltou que “há perguntas demais sem respostas”, enquanto Virgílio criticou as declarações do ministro da Justiça de que houve conspiração contra o governo. Já a líder do PT no Senado, Ideli Salvatti, destacou a coincidência de o procurador Marcelo

Antonio Serra Azul, responsável por denúncias contra dirigentes da Caixa Econômica Federal em decorrência do contrato com a empresa GTech, estar presente à conversa entre o subprocurador-geral da República e o empresário Carlinhos Cachoeira.

## HELOÍSA HELENA

### Renovação de contrato foi uma farsa

A senadora Heloísa Helena (sem partido-AL) defendeu a instalação imediata de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar o caso Waldomiro Diniz. Segundo ela, uma CPI quebraria sigilos bancário, fiscal e telefônico dos envolvidos, para detectar possível relação entre o Palácio do Planalto e os envolvidos na negociação do contrato da empresa GTech com a Caixa Econômica Federal.

Heloísa saudou o trabalho que vem sendo realizado pelo Ministério Público e acusou de “cinismo, descaramento e falso moralismo” aqueles que tentam desqualificar o trabalho do MP porque o subprocurador da



Fotos: Roosevelt Pinheiro

República José Roberto Santoro tentou obter uma fita de vídeo do empresário Carlinhos Cachoeira “de maneira pouco ortodoxa”. Ela lembrou que a oposição, em outras oportunidades, muitas vezes obteve documentos sigilosos por meio de agentes públicos.

A senadora denunciou a renovação do contrato entre a Caixa e a empresa GTech como “uma farsa”. Ela reafirmou sua convicção de que não houve desconto de 15% no valor do contrato, mas uma compensação em relação ao percentual de aumento das apostas.

## JOSÉ AGRIPINO

### Há perguntas demais sem respostas

O líder do PFL no Senado, José Agripino (RN), sustentou que “agora, mais que nunca, há necessidade de uma CPI” para esclarecer todo o caso Waldomiro Diniz. Para ele, o Ministério Público Federal “ficou *sub judice*” aos olhos dos brasileiros após a divulgação da conversa entre o subprocurador-geral da República José Roberto Santoro e o empresário de jogos de azar Carlinhos Cachoeira.

– A oposição quer esclarecimentos verdadeiros. Há perguntas demais sem respostas.

José Agripino apontou incoerência na atitude dos governistas, que vêm sustentando o interesse da oposição em desestabilizar o governo. Lembrou que a oposição manifestou na terça-feira apoio ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci, ao falar no Senado Federal.

– Quem quer desestabilizar o governo é o MST com seu “abril vermelho”. O que desestabiliza é briga de ministro. O que desestabiliza é o partido do governo lançar nota pedindo mudança da política econômica. É a elevada carga tributária. O que desestabiliza é o caso Waldomiro Diniz mal explicado.



## ARTHUR VIRGÍLIO

### Malha precisa ser investigada até o final

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), insistiu na instalação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar os atos de Waldomiro Diniz, ex-assessor para Assuntos Parlamentares da Casa Civil. Para o senador, a reportagem mostrando a gravação de uma reunião entre o subprocurador José Roberto Santoro e o empresário Carlos

Cachoeira apenas reforça a ideia de que pode haver maior contato “do que se supunha” entre o empresário e o Palácio do Planalto.

– Existe o indício de uma malha que precisa ser investigada até o final. Nós temos que optar, de duas hipóteses, por uma: o diversionismo e o desrespeito à nação inventando culpados e suspeitos; ou a investigação pelo Congresso Nacional, que tem maioria governista e, até por isso, não pode ser colocado sob suspeição.

Virgílio criticou a declaração do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, segundo o qual houve conspiração contra o governo na tentativa do subprocurador de obter cooperação do bicheiro Carlos Cachoeira. Para o senador, a “conspiração” que ele tem visto é contra o erário, da parte de Waldomiro e “de quem o apadrinha”.

## ANTERO DE BARROS

procurador-geral da República José Roberto Santoro e o empresário de jogos de azar Carlos Ramos, o Carlinhos Cachoeira.

Antero disse que, se o próprio governo não tomar a iniciativa de apurar todas as denúncias que envolvem Waldomiro Diniz, ex-subchefe de Assuntos Parlamentares da Casa Civil, a suspeita irá marcar o governo até o último dia de mandato do presidente Lula.

– Há uma série de fatos novos surgidos nas últimas semanas que reforçam a necessidade de uma investigação profunda sobre Waldomiro Diniz, suas relações com o governo e com o mundo do crime – afirmou Antero.

Maguito Vilela (PMDB-GO) defendeu o ministro José Dirceu. Almeida Lima (PDT-SE) afirmou que todo o governo está sob suspeição.



### Desconfiança pode marcar todo o governo

Antero Paes de Barros (PSDB-MT) apresentou requerimento solicitando a presença do ministro da Casa Civil, José Dirceu, para prestar esclarecimentos no Plenário do Senado. O senador quer saber se o ministro teve acesso antecipadamente à fita divulgada na terça-feira pelo *Jornal Nacional*, contendo conversa entre o sub-

## IDELI SALVATTI

### Coincidências e condutas suspeitas

A líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), destacou a coincidência de o procurador Marcelo Antonio Ceará Serra Azul, responsável pela denúncia contra os dirigentes da Caixa Econômica Federal no contrato com a empresa GTech, estar presente no depoimento de Carlinhos Cachoeira, tomado na madrugada de 8 de fevereiro na sede da Procuradoria Geral da República, antes da divulgação do vídeo gravado pelo empresário em que Waldomiro Diniz lhe pede propina.

De acordo com a senadora, o procurador deixou de lado toda a investigação anterior entre o contrato da Caixa com a GTech. Ideli afirmou que ele anistiou



os dirigentes da empresa, mas acusou os diretores da Caixa de corrupção, gestão fraudulenta e mais “um monte de artigos do Código Penal”. Ela lembrou que Carlinhos Cachoeira era sócio da GTech.

Ideli Salvatti também comunicou ao Plenário que o procurador-geral da República, Cláudio Lemos Fonteles, apresentou à Corregedoria Geral do Ministério Público denúncia contra as condutas funcionais dos procuradores José Roberto Santoro, Marcelo Antonio Ceará Serra Azul e Mario Lúcio Avelar.

## DENÚNCIAS

Enquanto Mercadante aponta conspiração contra o governo, Alvaro e Jefferson defendem instalação de CPI

## ALOIZIO MERCADANTE

## Subprocurador revela intenção de conspirar

O líder do governo no Senado, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), disse que as declarações do subprocurador da República José Roberto Santoro, divulgadas na terça-feira, sugerem motivação política e a intenção de conspirar, não contra o governo, mas contra a democracia.

A TV Globo divulgou gravação de conversa entre Santoro e o empresário de jogos de azar Carlinhos Cachoeira. Mercadante afirmou ainda ter considerado estranho que o procurador Marcelo Serra Azul, o mesmo que indiciou dirigentes da Caixa Econômica Federal em um processo sobre a renovação do contrato entre a insti-



Fotos: Rosevelt Pinheiro

tuição e a empresa GTech, tenha acompanhado a conversa de Santoro com Cachoeira.

– Esses dois procuradores, flagrados em atitude claramente clandestina e conspiratória nas suas intenções políticas, não podem continuar exercendo suas funções.

O senador ressaltou que esperava da oposição, nesse episódio, a mesma condenação veemente que marcou sua atuação no caso Waldomiro Diniz, ex-assessor da Casa Civil da Presidência da República, denunciado por envolvimento com Carlinhos Cachoeira.

## JEFFERSON PÉRES

Santoro e o empresário do jogo Carlinhos Cachoeira revelou que há uma conspiração para derrubá-lo, “quero muito saber se é verdade; portanto, que venha a CPI para quebrar seu sigilo telefônico”.

Jefferson declarou ter muita confiança no Supremo Tribunal Federal, tanto que acredita que o STF tomará a decisão histórica de possibilitar que a CPI se instale.

– Queiram ou não, essa CPI funcionará – disse. O senador apresentou ação direta de inconstitucionalidade (Adin) ao STF para exigir que o presidente do Senado indique os membros da CPI, caso os partidos não o façam.

Jefferson acusou parlamentares e políticos contrários à abertura da CPI de estarem colocando seus interesses pessoais e partidários acima do bem da coletividade.

## ALVARO DIAS

## Corrupção é que inviabiliza um governo

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) disse que estranha o “esforço descomunal” que está sendo feito pelo governo federal para impedir uma CPI para investigar o ex-subchefe da Casa Civil Waldomiro Diniz e apurar os fatos que envolvem o funcionário com o bicheiro Carlinhos Cachoeira.

– Por que impedir a CPI, se o governo acha que é tudo um exagero? Por que não deixar que entre a luz? Não é a investigação, a apuração, que inviabiliza um governo, mas sim a corrupção, a falta de credibilidade, a suspeita – afirmou o senador.

Alvaro Dias observou que a prova criminal não é matéria do Congresso Nacional, mas do inquérito policial, do Judiciário.

– No Congresso Nacional, trabalha-se com os indícios fortes e com a convicção formada. Se se fosse esperar por provas concretas, o ex-presidente Collor teria concluído seu mandato e os “anões do orçamento” não teriam sido cassados – lembrou o senador. “Todos eles foram absolvidos pelo Judiciário, mas ninguém tem dúvidas sobre os fatos apurados pelo Congresso”, acrescentou.



REQUERIMENTOS Antero (à direita, ao lado José Mentor) dirige reunião em que foram aprovados pedidos de informações ao BC

## Comissão estende quebra de sigilo de Paulo Maluf a dados oriundos da Suíça

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPI) do Banestado aprovou ontem requerimento do relator, deputado José Mentor (PT-SP), estendendo a documentos oriundos da Suíça a quebra do sigilo bancário de Paulo Maluf, ex-prefeito de São Paulo. A documentação deverá ser encaminhada à comissão logo que for recebida pelo Ministério da Justiça e pelo Ministério Público.

– O objeto de investigação da CPI é a remessa irregular de dinheiro ao exterior por intermédio de contas CC-5. É importante, portanto, tomar conhecimento da referida movimentação, tendo em vista as denúncias de desvio de recursos públicos apresentadas no decor-

rer das investigações desta comissão”, diz Mentor em sua justificativa.

À Agência Senado, o relator afirmou que chegou o momento de identificar casos concretos, como as transferências de Maluf e do ex-prefeito de São Paulo Celso Pitta, e a venda do Banco Econômico ao Excel.

Também foram acolhidos requerimentos de informações ao Banco Central sobre operações casadas com reservas internacionais e privatização de bancos. A CPI aprovou ainda a convocação, para depoimento, do ex-coordenador da Dívida Pública do município de São Paulo Wagner Baptista Ramos, investigado durante a CPI dos Precatórios.

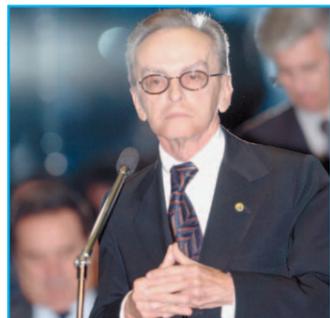
## Investigação sobre desmanche colherá depoimentos em SP

Nos dias 15 e 16 de abril, a comissão parlamentar mista de inquérito (CPI) que investiga o desmanche de automóveis fará audiências públicas em São Paulo para ouvir delegados, policiais, detentos, donos de oficinas e representantes de seguradoras.

O presidente da CPI do Desmanche, senador Romeu Tuma (PFL-SP), informou que, em breve, também serão realizadas

audiências no Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná e Brasília.

Ele explicou que a CPI foi requerida em função de denúncias da Rede Globo sobre o golpe aplicado nos desmanches em oficinas em São Paulo. O chassi de um carro que teve perda total determinado por uma seguradora é usado como base para um carro idêntico roubado, tornando assim o veículo teoricamente legalizado.



## Apuração pela CPI se tornou indispensável

Diante dos novos desdobramentos do caso Waldomiro Diniz, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) afirmou que a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito se torna, a cada dia, mais indispensável. Para ele, se o governo está dizendo que a gravação de uma conversa entre o subprocurador da República José Roberto

## Eduardo critica atuação de procurador da República no Tocantins

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) – foto – criticou, em Plenário, a atuação, no Tocantins, do procurador da República Mário Lúcio Avelar. As críticas foram feitas após a líder do PT, Ideli Salvatti (SC), ter comunicado que o procurador-geral da República, Cláudio

Lemos Fonteles, apresentou à Corregedoria Geral do Ministério Público denúncia contra a conduta de Avelar.

Eduardo acusou o procurador de persegui-lo politicamente e também a seu pai, o ex-governador do estado Wilson Siqueira Campos. De acordo

com o parlamentar, Avelar apresentou ofício à Polícia Federal incluindo os nomes de seu chefe de gabinete e de sua secretária há 12 anos entre os integrantes de uma quadrilha de narcotraficantes.

Em outra denúncia, o parlamentar disse que a ex-prefeita

de Gurupi (TO) Dolores Nunes fora incriminada num processo por aplicação irregular de verbas, e ouviu do procurador a afirmação de que, caso ela envolvesse o atual senador – à época sem mandato – no caso, passaria da condição de acusada à de testemunha.



# Ambientalistas criticam importação de pneu usado

Valadares sustenta que a regulamentação da compra poderia baratear o produto para o consumidor

A exportação de pneus usados para países em desenvolvimento, onde se tornam matéria-prima da indústria de remoldagem, foi definida pela secretária de Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, Marijane Lisboa, como fruto de um “certo racismo etnocêntrico” dos países industrializados. Marijane foi ou-

vida ontem durante audiência pública promovida pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), autor do requerimento de audiência, disse que a indústria de remoldagem de pneus precisa de matéria-prima importada porque os pneus usados nacionais são utilizados por seus proprietários até “quase quando não prestam mais”. Na sua opinião, a regulamentação da importação de pneus usados poderia obrigar os fabricantes de pneus no Brasil a reduzir os preços.

Marijane Lisboa sustentou

que o pneu remoldado não é igual ao novo, pois tem vida útil menor e ainda provoca problema ambiental para o país que o importa. “Se ele tivesse as mesmas características de um pneu novo, por que a remoldagem não seria feita na Europa?”, questionou.

A audiência pública foi convocada para que se colocasse em debate o projeto do senador Flávio Arns (PT-PR) que regulamenta a importação de pneus usados e obriga o importador a promover a coleta e a destruição de dez pneus inservíveis para cada pneu usado a ser importado.



**ALERTA** Marijane, entre outras autoridades ambientais, diz que pneu remoldado tem vida útil menor

## “Brasil não é depósito de lixo”

Durante a audiência pública promovida pela Comissão de Assuntos Sociais com o objetivo de discutir possíveis danos ambientais em decorrência da importação de pneus usados, o senador Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC) disse que o Brasil não pode mais servir de “depósito de coisas inservíveis”. Ele observou que os pneus usados importados são posteriormente recauchutados e colocados à venda no mercado brasileiro.

Mesquita Júnior chegou a admitir que parcela do Judiciário brasileiro “maculou-se” com empresários responsáveis pela importação de pneus. Essa situação contribuiu, na visão

do senador, para a colocação em solo brasileiro de milhões de pneus, “um verdadeiro lixo, que agravou ainda mais os nossos problemas ambientais”.

O senador João Tenório (PSDB-AL) afirmou que a saída mais adequada para que o país deixe de importar pneus usados é a fabricação pela indústria brasileira de pneus mais baratos. Ele ressaltou que um pneu renovado é cerca de 50% mais barato que um novo. Na Europa, acrescentou, é rigorosamente proibida a importação de pneus usados.

Já o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) foi enfático: a audiência pública da Comissão de Assuntos Sociais demonstra

que o Senado está preocupado em aprofundar os debates em torno da questão ambiental, o que considerou altamente benéfico. Mas, a exemplo do senador Geraldo Mesquita Júnior, disse acreditar que o Brasil não precisa importar pneus usados, e sim usar somente pneus nacionais.

A CAS, presidida pela senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), vai realizar mais duas reuniões para debater a questão. Serão convidados representantes da Petrobras, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) e da indústria brasileira de pneus renováveis, além do governador do Paraná, Roberto Requião.



**ACORDO** Saturnino afirma que pensou em tirar licença para ajudar Lupi, mas desistiu porque a coligação acabou sendo desfeita

## Promessa feita a suplente foi um erro, diz Saturnino

O senador Roberto Saturnino (PT-RJ) reconheceu em depoimento ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado que cometeu um erro ao assinar carta em que prometia dividir seu mandato com o suplente Carlos Lupi. afirmou ter assinado o documento “coagido” e “constrangido” e, se não o tivesse feito, não teria sido o candidato da coligação PSB-PDT-PT.

– Admito que foi um fato eticamente condenável, passível de punição – observou.

Saturnino ponderou que

esse tipo de acordo “é comum” na política e nunca pensou em renunciar no meio do mandato, mas sim em tirar licença, para que o suplente assumisse por algum tempo. Argumentou que não se sentiu mais obrigado a tirar a licença porque a coligação acabou por se desfazer.

O presidente do conselho em exercício, senador Demostenes Torres (PFL-GO), convocou nova reunião para o dia 28 de abril, quando o senador João Alberto Souza (PMDB-MA) apresentará seu parecer.



**PLENÁRIO NOVO** Senadores e ministros batizam a sala com nome do ex-parlamentar

## CCJ faz homenagem a Josaphat Marinho

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) homenageou ontem o ex-senador Josaphat Marinho, dando à sala de reuniões do colegiado o nome do parlamentar baiano, falecido em 30 de março de 2002. Josaphat Marinho, lembrou o presidente da CCJ, senador Edison Lobão (PFL-MA),

integrou a comissão por 16 anos.

Presentes à cerimônia os ministros Marco Aurélio de Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), e Francisco Peçanha Martins, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), e o representante da família, Archimedes Pedreira Franco.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Eduardo Siqueira Campos e Romeu Tuma e pela senadora Lúcia Vânia